



Comitê de Representantes

Aprovada na 1128ª sessão

ALADI/CR/Ata 1123
13 de outubro de 2011
Horário: 10h15m às 11h55m

ATA DA 1123ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos sobre o Roteiro encomendado pelo Comitê de Representantes.
 4. Convocatória da Oitava Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem.
 5. Convocatória da Sétima Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias.
 6. Assuntos diversos.
 - Reunião da América Latina e Grupo dos 20: Para a Construção de um Espaço de Diálogo na Região.
 - Posição da Venezuela em relação às candidaturas para participar do Curso Breve de Política Comercial para funcionários dos países-membros da ALADI ditado pela OMC.
 - Relatório da Reunião sobre Conhecimentos Tradicionais e Recursos Genéticos associados a Conhecimentos Tradicionais.
-

Preside:

EMILIO RAFAEL IZQUIERDO MIÑO

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Gustavo Constantino García, Federico Villegas e Roxana Cecilia Sánchez (Argentina); Salvador Ric Riera e Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, Otávio Brandelli, André Saboia Martins, Marcus Vinicius Ramalho, Henrique Choer Moraes e Leonardo Valverde Correa da Costa (Brasil); María Clara Isaza Merchán e Luz Marina Rivera (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda Sevilla e Adolfo Blum Montero (Equador); Dora Rodríguez Romero e Jorge Fernando Anaya González (México); Alejandro Hamed Franco e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); José Emilio Romero Cevallos e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena e Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai); Cecilio Crespo (Venezuela); Digna M. Donado (Panamá); Daniel Guerrero Taveras (República Dominicana).

Secretário-Geral: Carlos Alberto Álvarez

PRESIDENTE. Bom dia. Cumprimento todas as Representações, senhor Secretário-Geral, pessoal da Secretaria. Darei início à Sessão Ordinária do Comitê de Representantes Permanentes N° 1123.

1. Aprovação da Ordem do dia

... Submeto à consideração das Representações a Ordem do Dia que todos têm em suas mesas. Gostaria de saber se há alguma observação das Representações. Não sendo o caso, considero que está aprovada a Ordem do dia.

2. Assuntos em pauta

... No segundo ponto, referente aos Assuntos em pauta, ofereço a palavra ao Secretário-Geral para informar sobre esses temas.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Nas pastas dos senhores Representantes, são mencionados as notas e os documentos que devem ser ingressados na presente sessão. No final da tarde de ontem, após o envio do documento de Assuntos em pauta, recebeu-se a notificação de pagamento da República da Colômbia, por transferência bancária de 11 de outubro, de US\$ 370.764,59, referente à contribuição do ano 2011. Agradecemos pelo pagamento feito pela Colômbia.

"Vigência de Acordos"

1. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 477/11, de 05/10/2011.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico interno do Uruguai do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 55.

Publicado como ALADI/CR/di 3427.

Notas

1. Representação Permanente do Equador junto à ALADI. Nota N° 4-2-81/ALADI/2011.

Propostas do Equador sobre Salvaguardas Cambiais, para Promover o Desenvolvimento e Agrícolas.

Publicado como ALADI/CR/di 3384.1.

2. Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela. Nota N° II.2.U3.E1/REP 1154, de 07/10/2011.

Comunica sua posição referente às candidaturas para participar do Curso Breve de Política Comercial para funcionários dos países-membros da ALADI, ditado pela OMC.

Convites recebidos

1. México. ProMéxico. Comunicação de 3/10/2011. Convida para participar da Semana PME Nacional 2011, formando parte do Pavilhão de Exportação (México, D.F. - 7-11.11.2011).

Documentos publicados

1. Avaliação e estado atual do Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica - AR CEYC N° 7 (ALADI/SEC/di 2380 Adendo 2).

2. Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) - Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE) (ALADI/SEC/di 2437).

3. Relatório de outros fundos recebidos pela Associação até 31 de agosto de 2011 (ALADI/SEC/di 2438).

4. Estudo sobre o Princípio de Tratamentos Diferenciais vinculado a Serviços e Investimentos previsto nos diferentes esquemas multilaterais, regionais e bilaterais existentes (ALADI/SEC/di 2439).

5. Estado de situação da adequação à NALADI/SH 2007 dos acordos assinados no âmbito do TM80 (ALADI/SEC/di 2440).

6. Programa de Cooperação - Estatísticas de Serviços (ALADI/SEC/dt 526).

7. Programa de Cooperação - Serviços Profissionais (ALADI/SEC/dt 527)."

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral.

3. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos sobre o Roteiro encomendado pelo Comitê de Representantes

... Passo ao seguinte tema de nossa agenda, que se refere ao Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos sobre o Roteiro encomendado pelo Comitê de Representantes. Ofereço a palavra ao Ministro Gustavo Anda, Representante Alternos do Equador e Coordenador da Reunião de Representantes Alternos.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda). Obrigado, senhor Presidente. A partir do último relatório, apresentado na 1122ª sessão do Comitê Representantes, de 5 de outubro de 2011, os Representantes Alternos se reuniram em duas oportunidades, 7 e 12 de outubro, com vistas a continuar o trabalho encomendado pelo Comitê para avançar na elaboração de um roteiro dos temas que poderiam ser apresentados no âmbito de um próximo Conselho de Ministros.

A seguir, informo brevemente sobre o resultado alcançado até o momento em relação aos temas incluídos no Roteiro de curto prazo, em anexo a este Relatório.

Certificação de Origem Digital. A esse respeito, a Secretaria-Geral distribuiu o Documento Informal 1048, que contém um Aide-Mémoire sobre a evolução documental do tema. Os Representantes Alternos avançaram na consideração dos Projetos de Resolução apresentados, em seu momento, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico e TICs e do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas.

As Representações concordaram com a importância que uma manifestação do Conselho de Ministros em relação a este tema, que se traduza em um impulso político no mais alto nível e que permita sua visibilidade na região. Em tal sentido, e após um frutífero intercâmbio de opiniões, duas Representações assinalaram que apresentariam à Secretaria-Geral algumas observações para que fossem incorporadas em um novo Projeto de Resolução, que será examinado no Grupo de Alternos.

Negociações sobre o Regime Geral de Origem. A Secretaria-Geral informou que não foram alcançadas as confirmações suficientes dos países-membros para que a Oitava Reunião fosse realizada entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro. Assim, algumas Representações manifestaram sua preferência pelas datas sugeridas originalmente na Reunião do Grupo de Negociação, de 22 a 25 de novembro de 2011. Uma Representação assinalou que fará consultas adicionais sobre esta última data.

Negociações sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias. De acordo às informações proporcionadas pelo Coordenador do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas, chegou-se a uma definição da data em que se realizará a VII Reunião de Negociação sobre esta matéria: de 14 a 16 de novembro de 2011.

Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (AR.CEYC N° 7). A Secretaria-Geral distribuiu o documento intitulado "Avaliação e estado atual do Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica - AR CEYC N° 7", ALADI/SEC/di 2380/Adendo 2, analisado no âmbito do Grupo de Trabalho correspondente.

Adicionalmente, a Secretaria-Geral apresentou um Projeto de Resolução para o Conselho de Ministros que foi analisado e modificado pelas Representações, cuja última versão, oriunda da Reunião de Alternos do dia de ontem, foi novamente distribuída para consideração dos países-membros.

Facilitação do Comércio. O Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio trabalhará na elaboração de um Programa sobre este tema.

PMES. A Secretaria-Geral distribuiu um Aide-Mémoire sobre os trabalhos realizados nesta matéria. A esse respeito, solicitou-se que esse documento fosse complementado com informações sobre as ações de implementação das propostas desenvolvidas no âmbito da dimensão social. O mesmo será examinado em uma nova Reunião de Alternos.

Conferência de Avaliação e Convergência. Por solicitação de várias Representações, este tema foi incluído no Roteiro com vistas a avaliar ações que possam ser apresentadas ao Conselho de Ministros, o que se submete à consideração deste Comitê de Representantes.

Por outro lado, a Reunião de Alternos tem pendente a análise das atividades de outubro–dezembro 2011, em função das novas prioridades que estão sendo examinadas.

Finalmente, está em agenda o tema das notificações à OMC, que será tratado em uma reunião específica. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Ministro Anda, por seu Relatório. Vou submeter à consideração das Representações. Parece-me que, como metodologia, poderíamos seguir a ordem de temas que estão no Roteiro. O distinto Representante Permanente de Brasil solicitou a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Presidente, com relação ao Roteiro, o senhor pretende ver tema por tema, um por um, ou vemos o pacote completo de curto prazo para o possível Conselho? Eu tenho comentários a fazer sobre alguns dos pontos do Roteiro. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Eu havia pensado que poderíamos seguir a ordem dos temas, mas estou às ordens dos senhores. Será conforme os senhores dispuserem.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Bem, então um comentário muito rápido. Penso que estamos bem com relação ao COD, temos um Projeto de Resolução que é bastante proativo, penso que seria bom que os Chanceleres, os Ministros, dessem-nos um mandato significativo, um mandato para que fosse possível aplicar com flexibilidade, de uma maneira gradual, o COD em nossos países. Acredito que a ALADI, por haver tido a vanguarda neste empreendimento da Certificação de Origem Digital, tem que realmente ter ou estabelecer e definir o marco jurídico dentro do qual nós todos, gradualmente, adotaremos a Certificação de Origem Digital.

Com relação ao Regime Geral de Origem, de parte do Brasil, havíamos dito que temos dificuldade em conseguir especialistas em Regime de Origem para a proposta feita para a semana de 22 de novembro, e nós, então, decidimos que, mesmo que não venha nenhum especialista, estamos de acordo com sua realização. É um tema tão importante que acredito que valha a pena ser realizado mesmo que não venha nenhum especialista do Brasil. Pediremos instruções, falaremos por telefone, temos e-mail, facebook também, conseguiremos instruções para ter uma participação ativa e construtiva na reunião.

Acredito que em Salvaguardas e Controvérsias já temos datas definidas com as quais estamos de acordo.

Um comentário apenas com relação ao Acordo Regional N° 7. O Coordenador nos dizia que é importante que tenhamos o impulso político dos Ministros, e isso é muito verdadeiro. Mas é necessário ter cuidado - se realmente quisermos ter um Conselho significativo, um Conselho que tenha um impacto importante para a Associação e que possa realmente ser um Conselho que represente uma pedra angular para nossos trabalhos de curto e médio prazo - para não ter uma Resolução que seja aguada - eu perguntava ao meu colega da Colômbia se aguada existe em espanhol e ele me disse que sim . "Encomendar ao Comitê de Representantes empreender ações com vistas a aperfeiçoar o acordo", quem ler uma redação como esta dirá: "aí não há significado nenhum".

Empreender ações com vistas a aperfeiçoar, lerei, Presidente. O próprio Acordo Regional N° 7 encomenda ao Comitê de Representantes fazer muito mais do que isso.

Diz o Artigo 9° do Acordo Regional N° 7 "A administração do presente Acordo estará a cargo dos Representantes dos países signatários junto à Associação" – ou seja, o Comitê – "que velarão pela correta execução de suas disposições e recomendarão a seus Governos as medidas que correspondam para ampliar e aperfeiçoar gradualmente o Mercado Comum de Bens e Serviços". Quando temos um Artigo 9°, do próprio Acordo N° 7, que diz isso, se

elaboramos uma Resolução que diz “empreender ações com vistas a aperfeiçoar” ... Eu acredito que cabe na Resolução agradecer o estudo e reconhecer que houve um estudo que foi feito pela Secretaria-Geral no qual estamos trabalhando.

Penso que, no Artigo Primeiro, poderíamos agradecer o estudo feito pela Secretaria, eu realmente retiraria “empreender ações com vistas”, talvez deixasse “encomendar ao Comitê de Representantes aperfeiçoar o Acordo”, diretamente, sem “empreender ações com vistas”, “aperfeiçoar o Acordo”.

Sei que alguns ainda não têm mandato para dizer ampliar, então deixamos aperfeiçoar. Mas vamos pôr um prazo para terminar isso. Temos um estudo, estamos trabalhando no estudo, temos um mandato que é o próprio Acordo N° 7, por que não estabelecemos um prazo? Ou seja, os Chanceleres, os Ministros, estabelecerão o prazo para aperfeiçoar o Acordo, até junho de 2012, outubro de 2012, seis meses, algo assim. Acredito que daria mais credibilidade, Presidente, a este Projeto de Resolução. Essa é minha sugestão em relação ao Acordo Regional N° 7.

Perdão, Presidente, estou repassando tudo de uma vez. Sobre os temas incluídos pelos Representantes Alternos, eu havia sugerido aqui, sobre Facilitação do Comércio, o importante é que nos detenhamos em duas ou três medidas, ter poucas ações específicas e concretas. O documento da ALADI fala de um amplo programa de Facilitação do Comércio. Eu não acredito que devamos trabalhar em um amplo programa, penso que devemos ter duas ações concretas e específicas sobre Facilitação do Comércio que possam ser ratificadas por nossos Ministros. Isso seria um grande avanço e uma grande demonstração da ALADI de que realmente podemos trabalhar. A OMC está trabalhando na questão de Facilitação do Comércio, nós podemos selecionar dois pontos e tratar de trabalhar nestes dois pontos. Eu havia dito isto na Reunião dos Chefes: “penso que dá, uma vez mais, credibilidade maior ao mandato que os Chanceleres vão nos dar”.

O mesmo em relação às Pequenas e Médias Empresas, Presidente. Penso que não devemos pensar em um amplo programa. Isso não nos ajuda, penso que vamos diluir a importância de nosso trabalho.

Presidente, com relação à Conferência de Avaliação e Convergência, os Ministros nos deram, em abril de 2009, diretrizes para uma convergência para o Mercado Comum, para o Espaço de Livre Comércio, o que for, mas nos deram diretrizes sobre isso, e a partir dessas diretrizes constituímos a Conferência de Avaliação e Convergência.

O Coordenador da Comissão de Coordenação nos disse na semana passada, há dez dias, que estamos muito próximos de um entendimento sobre um Plano de Ação que trabalhamos durante três ou quatro reuniões da Comissão de Coordenação, sobre um Projeto de Resolução que define um Plano de Ação a partir das diretrizes de nossos Ministros.

Não vale a pena que este Conselho venha aqui de novo, agora para dar-nos mais mandatos, mais diretrizes, já nos deram as diretrizes. Se apresentar isso ao meu Chanceler, ele irá me dizer que as diretrizes já foram dadas há três anos, por que iria novamente à ALADI para dar mais mandatos, mais diretrizes. Temos que definir este Plano de Ação, Presidente. E se, como disse o Coordenador, não falta tanto, eu sugeriria que fizéssemos o quanto antes mais uma reunião da Comissão de Coordenação para ver se completamos este trabalho. Falta pouco, eu estou de acordo com o Coordenador da Comissão de Coordenação.

Vamos convocar uma Reunião da Comissão de Coordenação e ver se conseguimos completar o Plano de Ação que está contido no Projeto de Resolução em que estamos

trabalhando. Um Plano de Ação em formato de Projeto de Resolução terá impacto em uma Reunião do Conselho. Ou seja, os Ministros vieram, deram diretrizes, constituímos um Plano de Ação e eles vieram para aprovar o Plano de Ação, e aí trabalharemos no Plano de Ação. Volto a dizer, volto a pedir: seria bom que tivéssemos um prazo para a conclusão do Plano de Ação, não para a conclusão da convergência, nem para a conclusão do Mercado Comum ou do Espaço de Livre Comércio; um Plano de Ação a para a conclusão das negociações do Plano de Ação. É importante, uma vez mais, estou sempre tentando fazer com que o Conselho tenha realmente uma importância grande para nós, para a integração e para a credibilidade de nosso trabalho aqui.

Bem, então era isso. Esses são os comentários da Delegação do Brasil sobre o Roteiro que nos propomos cumprir para um eventual Conselho em dezembro. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Brasil. Penso que seus comentários são extremamente valiosos neste momento de nossos debates e considerações sobre a agenda da próxima Reunião de Ministros. Tenho certeza de que haverá reações importantes das Representações a esses comentários que acabam de ser feitos. Ofereço a palavra à Representação que quiser intervir. Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Primeiramente, peço desculpas por haver chegado um pouco tarde por questões bilaterais. Gostaria de agradecer ao Coordenador do Grupo de Trabalho pela, infiro, apresentação do estado atual dos trabalhos do Grupo de Alternos, e manifestar que minha Representação está em disposição, com toda a vontade e o esforço, por dar forma a uma manifestação do Conselho de Ministros, que é o que se está buscando com alguns temas que fazem parte da agenda da Associação. Não é menos certo que se o Conselho de Ministros tiver uma manifestação política com relação a eles, eles terão um impulso importante, o que nos ajudará a fazer uma priorização na agenda da Associação. Isso é o que, fundamentalmente, queremos expressar.

Assim, a forma que adquirir esta manifestação política, levando em consideração que entendemos que cada um desses temas tem um peso específico, teve e terá na agenda da ALADI, dependendo do momento em que forem ou não priorizados por alguns dos órgãos e, neste caso, o que se pretende é que seja o Conselho de Ministros quem o priorize. Nesse sentido, nós estamos em disposição de continuar trabalhando na forma no Grupo de Alternos, não sei se a conclusão de hoje é que deveríamos ter, pelo menos, alguma outra reunião, antes de concluir a forma que esses temas terão para o Conselho de Ministros.

Francamente, e assim o manifestamos no Grupo de Alternos, nós acreditamos que o enfoque deve ser especialmente político com relação a estes temas que vão tendo um curso de ação e de trabalho dentro da Associação, e que hoje estamos pretendendo que os Ministros nos deem um sinal de avanço.

Por isso, estamos totalmente de acordo: primeiro, com a data, no caso das reuniões das normas. Estamos trabalhando e acreditamos que podemos chegar a uma manifestação sobre o Sistema de Certificação de Origem Digital que seja factível para todos os países e que cumpra com o objetivo que estamos nos propondo com o COD nesta etapa.

No caso do Acordo Regional N° 7, com seu aperfeiçoamento especificamente. Acabava de chegar e escutei o Embaixador do Brasil falar sobre o estudo, que efetivamente nos parece muito importante e muito interessante, que está, atualmente, sendo analisado em nossa capital. Inquestionavelmente será um documento de trabalho importante, não somente para o Grupo, mas também para aqueles que nos acompanharem ao Comitê de Representantes para aperfeiçoar o Acordo. Bem, em quanto à forma, teríamos que ver de que maneira o incluímos

em uma Resolução que nos vincule a um estudo que pode evoluir em um momento determinado, de acordo a seu conteúdo. Mas estamos totalmente de acordo em que é assim e que tem essa importância.

Em relação às PMEs, fomos muito francos na Reunião de Alternos, que fizemos o que nos propusemos, o que cumprimos, e do que podemos tirar daí para que seja priorizado pelos Ministros para não ir contra o que nós mesmos estamos fazendo, além do acúmulo de mandatos que temos nessa área, que aí sim deveríamos focalizar muito bem a nosso entender.

Com relação à Conferência de Avaliação e Convergência, estamos totalmente de acordo com a proposta do Brasil. Acreditamos que, sim, há espaço, deveria pelo menos haver uma Reunião da Comissão de Coordenação para tratar de refrescar e de chegar a um acordo com relação a esse Plano de Ação para a Conferência de Avaliação e Convergência. Obrigada, Presidente, isso é tudo.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata de Cuba. A Colômbia pediu a palavra.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pelo trabalho que os Alternos vêm realizando, que nos permite, ao menos, ter uma visão geral de como se pode avançar em alguns temas para uma Reunião do Conselho de Ministros.

Vou referir-me, particularmente, ao tema da Conferência de Avaliação e Convergência, porque aí há um mandato muito claro de nossos Ministros, e valeria a pena poder apresentar-lhes resultados de nossa parte. Nesse sentido, permitir-me-ei solicitar, por seu intermédio, ao Embaixador Gonzalo Rodríguez Gigena uma rápida apresentação de que poderíamos fazer antes da reunião do Conselho de Ministros e que possibilidades temos de avançar para um projeto muito mais concreto.

Em relação ao Acordo Regional N° 7, tendo em vista o estudo apresentado pela Secretaria, penso que valeria a pena que o analisássemos com um pouco mais de profundidade, que vissemos as possibilidades, que são muitas, para poder ampliá-lo, para ampliar sua cobertura e para aperfeiçoá-lo. Dessa maneira, penso que o que requeremos é um pouco mais de trabalho nos próximos dias para ver até onde podemos avançar.

Penso que o COD e a Reunião de Origem estão encaminhados, e nesses pontos não temos maiores observações. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Permanente da Colômbia. O México solicitou a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, senhor Presidente. Nós também poderíamos fazer uma revisão de todos os temas que estamos vendo no Roteiro em Alternos, mas talvez, senhor Presidente, para ter uma noção mais clara dos avanços ou dos alcances que poderiam chegar a ter esses temas até a metade de novembro, que é o prazo que nos propomos para ter a convocatória e uma agenda substantiva para o Conselho de Ministros, talvez valesse a pena ver tema por tema, como vamos vendo todos e quais são, digamos, as possibilidades de que estes temas cheguem - da forma em que estamos analisando ou de outra maneira - ou não ao Conselho de Ministros.

Não sei o que o senhor acha, mas poderíamos começar dando uma opinião sobre a Certificação de Origem Digital e depois, como lhe digo, teríamos algum comentário a fazer sobre todos e cada um deles.

Em relação ao tema da Certificação de Origem Digital, evidentemente estamos trabalhando com um projeto. Penso que todos já temos um marco jurídico, em alguns acordos inclusive já há algum protocolo que está dando esse marco jurídico para dar a possibilidade de que seja utilizado; em outros casos, há Resoluções das Comissões Administradoras que já o estão possibilitando, não necessariamente em toda a extensão com a qual estamos trabalhando aqui na ALADI, mas que estão orientados para esse caminho.

Então, o que nós vemos para a Certificação de Origem Digital seria um impulso político, sem entrar em detalhes de caráter técnico ou de caráter jurídico que possam chegar a dificultar a aprovação por parte de alguns de nossos países. Então, penso que essa é a orientação que deveríamos dar em Alternos a este tema, porque, do contrário, vamos terminar como começamos, isto é, com os documentos que temos há um ano e meio em que não pudemos avançar em seu momento, não por falta de vontade, mas sim por algumas dificuldades que existem para alguns. Ou seja, são quatro projetos, em alguns projetos há dificuldade para alguns países e em outros há dificuldades para outros países.

Então, penso que teríamos que mudar o enfoque e buscar um Projeto de Resolução no qual o impulso ao tema seja eminentemente político. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata do México. O Uruguai pediu a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Sim, o México sugeriu mudar a forma de intervir, eu iria repassar todos os temas, mas seria questão de opinar sobre este tema de Certificação de Origem Digital.

Estou de acordo com o que o Brasil acaba de pronunciar referente ao fato de que os trabalhos estão muito avançados, como também concordo com a intervenção da Representação do México. Penso que, efetivamente, temos que dar um impulso político a este tema para prosseguirmos com os trabalhos. Trabalhou-se muito, realmente muito, e penso que são auspiciosas as possibilidades de que saia uma boa Resolução no Conselho de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Permanente do Uruguai. Alguma outra Representação gostaria de intervir sobre o tema Certificação de Origem Digital. A Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, muito obrigado. Bom dia. Parece-nos importante dar um impulso definitivo a este tema que vem sendo trabalhado há muitos anos na Associação, efetivamente tem um caráter pioneiro o que está sendo feito. Estivemos revisando, e o Conselho, efetivamente, nunca decidiu adotar o sistema, mencionou-o em distintas oportunidades, mas nunca houve uma aprovação formal dos Ministros da implementação efetiva do sistema de certificação digital. Então, parece-nos que esta seria a oportunidade para que fosse aprovada uma Resolução do Conselho com uma forte decisão política.

Em seu primeiro artigo, que diga que os Ministros resolvem adotar o Sistema de Certificação de Origem Digital na região, com vistas a ir substituindo paulatinamente a certificação em papel.

Logo após, outro artigo, de acordo com uma proposta na Reunião de Alternos, sobre a forma de implementação, eventualmente as diferentes etapas e os aspectos operacionais que são necessários para alcançar o objetivo. Mas o importante é que haja uma forte manifestação política da máxima autoridade da Associação, de que esse é o caminho que vamos seguir. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado pelos comentários, distinto Representante Permanente da Argentina, que nos permite dar um passo importante neste tema. Há alguma outra Representação que queira intervir? O distinto Representante Permanente do Peru.

Representação do PERU (José Emilio Romero Cevallos). Obrigado, Presidente. O Peru é um dos países que se incorporaram mais recentemente ao Grupo de Trabalho. Eu gostaria de assinalar que os trabalhos do Grupo Ad hoc estão muito avançados, já estão sendo feitas provas técnicas do SCOD, do Sistema Informático de Certificação de Origem Digital, dessa maneira, o Peru se incorporou recentemente com cada vez mais força aos trabalhos vinculados ao Projeto.

Portanto, nós estamos comprometidos nesta fase de desenvolvimento do COD, e não seríamos contrários a que, no Conselho de Ministros, fosse feita uma Resolução dando impulso político ao desenvolvimento do Sistema, e a parte técnica poderia ir avançando progressivamente, com a incorporação daqueles países que estão um pouco mais atrasados. Então, nós estamos de acordo com o manifestado pelas Representações, mais recentemente com o manifestado pela Representação da Argentina. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Peru. Alguma outra Representação gostaria de intervir? Considero que há consenso neste tema, no sentido de que os Ministros poderiam dar um impulso político; e também foi proposto, em termos gerais, o que poderia conter o Projeto de Resolução.

O Representante Alterno do Equador tomou nota desses comentários para continuar com os trabalhos no Grupo de Alternos.

Gostaria de passar ao segundo tema, se não houver mais comentários, sobre as Negociações sobre o Regime Geral de Origem. Alguma Representação gostaria de se manifestar? O Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Bem, aqui o problema que temos é a data. Claramente, a primeira data que havia sido proposta como alternativa à originalmente conversada não é viável. Então, temos somente de 22 a 25 como única data possível. Penso que teríamos que resolver isso para poder fazer a convocatória da Reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, eu não havia ainda proposto isso porque tomar uma decisão sobre a questão está dentro da agenda de trabalho no ponto quatro; dessa maneira, talvez possamos avançar no seguinte tema para depois abordar este. O México pediu a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Sim, obrigada, Presidente. Bem, independentemente da convocatória que for feita em seu momento; como temos essas datas que havíamos visto e que estão um pouco distantes para os trabalhos que estamos realizando, talvez no Grupo de Alternos tenhamos que ir pensando em um plano B. O que acontece se, nesta última Reunião, não terminarmos a negociação do aperfeiçoamento do Regime Geral de Origem. Digo plano B, pois o tema pode não ir na agenda de Ministros ou ir de outra maneira.

Penso que esse é um trabalho que teríamos que ir analisando no Grupo de Alternos. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado pela observação, distinta Representante. A Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado. A Representante do México tirou as palavras da minha boca, eu ia dizer exatamente o mesmo, Presidente. É pouco provável que em uma Reunião tão próxima da data que estamos projetando para o Conselho seja possível resolver tudo o que está pendente, então é necessário prever alguma opção, desde a mais extrema, que seria não incluir este tema na agenda do Conselho, ou alguma Resolução que os Ministros possam adotar sobre a negociação de origem. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente da Argentina. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. No tema de origem, nós, primeiro, acompanhamos a data proposta, levando em consideração que não pudemos adiantar. Segundo, entendemos que um plano B poderia referir-se à priorização que conseguirmos ter com relação a dois temas específicos que serão analisados nesta última, provavelmente última, rodada de negociações, que são os temas de acumulação e de procedimentos de avaliação e de verificação.

Neste sentido, nós acreditamos que, se houver avanços, se não terminarmos a negociação mas conseguirmos algum avanço, não conclusivo, mas que nos dê um rumo com relação a esses temas que são de interesse dos países dentro do instrumento, os Ministros poderão pronunciar-se sobre a continuação e a conclusão da negociação do regime em um período, aludindo ou manifestando seu interesse, da mesma forma que farão com relação ao Certificado de Origem Digital, que é um elemento específico da Facilitação do Comércio, e podem fazê-lo também com relação a esses dois temas que são específicos dentro do processo de integração e dentro do processo de convergência dos acordos de complementação econômica no âmbito da ALADI.

Ou seja, também pode haver um pronunciamento político, que não necessariamente tenha um resultado concreto no tempo ou satisfatório para todos ao mesmo nível no tempo, mas que nos dê uma margem para continuar trabalhando nesses temas no futuro. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alterna de Cuba. Este tema estará sujeito aos resultados da próxima reunião, que, eventualmente, pode dar alguma luz sobre esses assuntos; no entanto, há a opinião de várias Representações de que seria necessário pensar na possibilidade de um plano B que incluísse decisões políticas sobre este tema pelos Ministros. Alguma outra Representação gostaria de intervir?

Não sendo o caso, passamos às Negociações sobre o Regime Regional de Salvaguardas. Este tema está pronto. Negociações sobre o Regime de Solução de Controvérsias também. Já há acordo sobre a convocatória da próxima reunião.

Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica. Acordo Regional N° 7. Tem a palavra o Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Nós éramos uma das Representações que não tinha o mandato para ampliar o acordo, mas estaríamos de acordo com a proposta do Representante do Brasil de eliminar essa frase que diz "...os trabalhos com vistas a ..." e deixar exclusivamente "...aperfeiçoar o acordo...". Penso que isso nos dá todas as

possibilidades para mover-nos com posterioridade e respeitar os requisitos que minha capital, por exemplo, estava pondo neste caso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Uruguai. Também gostaria de escutar comentários sobre a proposta do Brasil de estabelecer um prazo para a conclusão destes trabalhos. O distinto Representante do Brasil havia mencionado que poderia ser julho, setembro de 2012. Também gostaria de ouvir comentários sobre esta proposta. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Sim, obrigada, Presidente. Estamos de acordo também com que a linguagem do Projeto que estamos vendo em Alternos é muito aguada, como disse o Brasil. Estamos de acordo, é muito aguada.

Seria necessário ter não somente um mandato mais direto para o aperfeiçoamento, mas um pouco mais de substância nos considerando, para ver qual é a envergadura, que todos conhecemos, deste acordo. Este acordo foi assinado há mais de 20 anos e nunca caminhou, então penso que seria conveniente fazer uma, digamos, não uma avaliação, mas refrescar um pouco neste Projeto de Resolução os objetivos, que são bem amplos, muito mais amplos, sem tratar de diminuir o que tem, mas do que atualmente tem o acordo.

Em relação ao prazo, adoraríamos poder comprometer-nos com um prazo, vamos trabalhar isso com nossas autoridades. Penso que o prazo teria que estar relacionado mais concretamente com o que vamos fazer, porque o aperfeiçoamento pode ser tão importante que talvez em seis meses não o tenhamos ainda. Teríamos que trabalhar um pouco mais nas metas de aperfeiçoamento e depois ver o prazo, mas vamos transmitir para ver.

Sobre este Projeto, quero dizer também que nós estaríamos colaborando com algum texto para enriquecer o que temos. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternativa do México. Outra Representação gostaria de intervir? O Peru, por favor.

Representação do PERU (Ricardo Romero). Obrigado, Presidente. Em relação ao tema de bens culturais, embora tenhamos o Projeto de Resolução em consulta, nós consideramos que este é um Acordo cujo conteúdo deve ser atualizado.

Como disse o México, foi assinado há 20 anos, e nós preferimos que seja utilizada uma linguagem um pouco mais ambiciosa do que a prevista no Projeto de Resolução. Falamos de atualizá-lo, que pode envolver tanto a ampliação quanto o aperfeiçoamento do mesmo. O Embaixador do Brasil mencionou o Artigo 9º do Acordo Regional N° 7 e, efetivamente, aí claramente se estabelece o que se incube com o Acordo Regional, e mais, não necessitaríamos inclusive de uma Resolução para que possamos envolver-nos em um exercício desta natureza, mas consideramos que é necessário que este Acordo seja atualizado e pensamos que deveríamos ser um pouco mais ambiciosos no Projeto de Resolução, e para isso temos toda a disposição de continuar trabalhando em Alternos para dar um maior conteúdo ao Projeto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Peru. O Representante do Brasil solicitou a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Havendo escutado o que meus colegas disseram, penso que realmente aí sim, uso a palavra dita pelo Equador, o impulso político. Penso que aqui é importante, se há alguma dificuldade de falar de atualizar ou

ampliar, podemos pensar em colocar isso na mensagem política dos Ministros, no reconhecimento político dos Ministros, a importância deste Acordo, podemos colocar na parte do considerando. Aí, sim, mencionar a questão da ampliação, a questão da atualização, como forma de ter um reconhecimento e uma bênção política de nossos Ministros para nosso trabalho de aperfeiçoamento do Acordo Regional N° 7. Então, talvez pudéssemos fortalecer e, como dito pelo Peru, colocar mais conteúdo na parte do considerando. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Permanente do Brasil. Mais conteúdo e medidas também, o senhor mencionou ao princípio. Medidas e prazo. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Uma consulta. Fala-se de medidas; em relação aos prazos nós temos uma visão muito expectante, muito ambiciosa no pensamento, mas realmente expectante.

Nós estamos considerando que é importante, é necessário, é válido esse impulso político. Entendemos que a linguagem da Resolução pode ter uma linguagem atualizada no âmbito dos objetivos do Acordo e em correspondência com a avaliação de nossas capitais até onde podemos chegar nessa atualização e que apareça na Resolução. Ou seja, qual seria o cenário atual mundial no qual um Acordo como este pudesse entrar com fidalguia, se quisermos, mas isso é uma coisa, e colocar prazos para esse processo de aperfeiçoamento é outra coisa. Podemos chegar até a aspiração de pelo menos um ano, aspirar a um prazo determinado. Por outro lado, não entendo a que se referem as medidas de que se fala.

Tampouco, como disse na minha primeira intervenção, seguiríamos a ideia de atar-nos na Resolução a este estudo apresentado pela Secretaria e que está pendente de análise. Nós não vemos nenhuma vinculação da análise do estudo, que de todas maneiras vamos ter que fazer, e a própria Resolução.

A Resolução é um mandato político que não tem relação com o estudo em si, embora possa conter um alcance, ou embora possa na Resolução dar-nos um alcance maior. Mas o estudo, de todas as maneiras, é um documento de trabalho que precisa ser aprofundado, não sabemos se essa é sua versão final. Assim, recomendaríamos não atar a Resolução ao resultado de análise do estudo, porque esse estudo pode ter um Adendo um, Adendo dois, três, quatro, depende de que nossas capitais e o Grupo de Trabalho resolverem. Bem, gostaria de saber a que medidas se refere o Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Quando o Presidente falou recentemente das medidas, referia-se à proposta do Brasil que mencionou as medidas. Dessa maneira, traslado a inquietude ao distinto Representante Permanente do Brasil a respeito de que tipos de medidas.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Penso que se realmente quisermos fazer uma Resolução que tenha conteúdo e se pudermos trabalhar com base no estudo feito pela Secretaria, uma medida concreta será atualizar o Acordo, com bens e serviços, ou seja, dentro do que o Acordo chama mercado comum, é um acordo de livre comércio, de liberalização comercial em produtos de bens culturais, científicos, tecnológicos.

Essas são as medidas, atualizar o Acordo, torná-lo mais atual e mais moderno, como disse na outra vez, é um Acordo da era analógica, isso já passou, estamos na era digital. Se quisermos fazer algo concreto, temos que transformar este Acordo Regional N° 7 em um Acordo de mercado comum digital, em termos de bens digitais e não mais bens analógicos, não é mais o caso de falar de Hi-Fi, de Long Play, de cassete; o acordo prevê essas coisas, então essas são as medidas, Presidente, se quisermos atualizar. Realmente, para ter um acordo regional que nos sirva para algo, seria necessário atualizá-lo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Brasil. A Venezuela solicitou a palavra.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. Somente para, neste ponto, manter a posição que a Venezuela sempre manteve, porque se fala muito facilmente de bens e serviços; a Venezuela, na área de serviços, manteve uma reserva todo o tempo e continua a mantendo, isso por um lado. Por outro lado, foi uma posição nossa também negar-nos a estabelecer datas, porque acreditamos que esse é um processo que vai ocorrendo, e na medida em que for ocorrendo, vai terminando, vai sendo executado. Nesse sentido, mantemos a posição que tradicionalmente tivemos sobre o estabelecimento de datas, no sentido de não estarmos de acordo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representação da Venezuela. O Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, então façamos somente de bens, deixamos serviços, não há problema. Qualquer avanço que tivermos será positivo, façamos somente para bens. Deixemos, pelo momento, em uma primeira etapa, a parte de serviços. Isso pode ser feito mais tarde, quando todos estivermos de acordo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Brasil. A Representante Alternativa do México solicitou a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Em relação aos serviços, no Grupo de Trabalho já havíamos visto que, lamentavelmente, não poderíamos trabalhar os serviços, não no sentido apresentado pela Venezuela, ou seja, liberalização de serviços culturais, porque este Acordo, embora anterior ao GATS, não foi notificado, então o que fizéssemos em liberalização de serviços culturais neste Acordo teria que ser estendido a todos os países-membros da OMC.

Então já havíamos visto isso no Grupo de Trabalho, não há condições para que trabalhe em serviços, em liberalização de serviços, mas, sim, há condições para trabalhar em áreas de cooperação em serviços culturais, e aí há um vastíssimo, mas vastíssimo campo para trabalhar, e isso é uma das razões pelas quais nós dissemos que este Acordo merece algo mais que “aperfeiçoar” ou “ampliar” ou “atualizar a lista de produtos”. Não estou minimizando isso, isso é importante, mas o Acordo em si é de grande envergadura. Oxalá não nos percamos em alguns pontos muito específicos.

Reitero, este Projeto de Resolução tem que compreender essa riqueza que o Acordo tem e trabalhá-la desde todos seus ângulos porque é cooperação também, ou seja, não somente é intercâmbio de bens mas que também há cooperação nisso. O fortalecimento das indústrias criativas, enfim, é muito vasto o âmbito deste Acordo. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternativa do México. A Representante Alternativa da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. Para acompanhar a sugestão do Brasil, acreditamos que, para atualizar o documento e para poder acompanhar todos os países, deveria ser somente com o tema de bens, porque, da mesma forma que a Venezuela, nós também temos reserva no tema de serviços por questões constitucionais, portanto não podemos assumir compromissos no tema de serviços. Como disse o México, é necessário trabalhar bem no considerando do documento para que todos os países possam trabalhar no documento. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante da Bolívia. O Representante Permanente da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado. Eu simplesmente quero chamar a atenção sobre a importância crescente do intercâmbio de bens culturais e da área educacional e científica nos suportes modernos, como disse o Embaixador do Brasil, nos suportes digitais, então assim como estamos na vanguarda das tecnologias no tema do sistema de certificação digital, é curioso que estejamos reticentes em abordar esta questão que é uma realidade incontestável.

Estamos na era digital, e o comércio em formato digital cada vez tem mais importância, ou seja, necessariamente temos que voltar-nos à atualização deste Acordo, que, seja dito de passagem, não foi incorporado por vários países, ou seja, na prática sua aplicação foi escassa ou nula, então essa é a análise que deve ser feita, de como operativizar, como fazer disso uma ferramenta efetiva e acorde aos tempos que vivemos, para que também neste campo a ALADI esteja à vanguarda do que está acontecendo com as novas tecnologias.

Depois temos a questão que escutei de algumas Representações sobre o prazo, se as Resoluções dos Ministros devem ter ou não prazo. Penso que é algo relativo, somos aqui testemunhas de todas as vezes que prorrogamos prazos, talvez pudéssemos simplesmente mencionar que o mandato é para que seja apresentada à próxima Reunião do Conselho de Ministros uma proposta, sem falar de x meses ou anos, e com isso superamos essa dificuldade, mas, sim, devemos colocar em andamento um processo que é muito importante para estarmos atualizados neste tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, distinto Representante Permanente da Argentina. O Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Octavio Ferreira Gini). Obrigado, Presidente.

Era para manifestar que nosso país também está analisando o documento apresentado pela Secretaria, estamos em disposição de trabalhar na Resolução. Queríamos ressaltar que nosso país coincide com o que recentemente manifestou a Representação do México sobre avançar no estudo deste tema a partir de uma perspectiva integral do Acordo, que abranja mais do que a liberalização ou o aprofundamento de benefícios tarifários sobre os produtos, que leve também em conta os aspectos de cooperação e outras questões, como assinalou a Argentina, sobre a implementação efetiva do Acordo. Esse é o interesse do Paraguai, de abarcar o tratamento deste tema a partir de uma perspectiva integral. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante do Paraguai. Alguma outra Representação gostaria de intervir sobre este tema?

Passo ao ponto seguinte, Facilitação do Comércio. Algumas Representações já adiantaram a necessidade de, neste tema, concretizar também ações, sermos mais específicos, determinar ou identificar ao menos duas ou três ações que poderiam ser consignadas. Gostaria de saber se há alguma observação adicional. O México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero) Obrigada, Presidente. Sim, nós estamos de acordo em identificar duas ou três ações concretas, penso que uma já está identificada, porque a certificação de origem digital é uma parte da Facilitação do Comércio, mas teríamos que identificar algumas outras ações concretas de curto prazo. Consideramos também que o Conselho de Ministros poderia talvez aprovar lineamentos de um Programa de Facilitação

de Comércio, penso que mais do que uma, duas ou três ações, há uma quantidade de ações, estávamos vendo isso no Grupo de Trabalho.

Há ações em matéria de aduanas, há ações em matéria de transporte, ações em matéria justamente de infraestrutura de tecnologia entre os países, ou seja, há vários eixos nos quais se pode trabalhar, não em curtíssimo prazo, ou alguns pode ser que sim, outros em médio ou longo prazo, mas consideramos que o tema é o suficientemente importante para que, além de algumas ações concretas, os Ministros possam aprovar lineamentos de um Programa de Facilitação de Comércio. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternativa do México. Alguma outra Representação gostaria de intervir?

Passamos a PMEs. De alguma maneira, foi sugerido que tivesse o mesmo tratamento com a identificação de temas concretos. Não havendo nenhum comentário adicional, terminaria com o tema da Conferência de Avaliação e Convergência, e passaria a palavra ao distinto Representante Permanente do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena) Obrigado, Presidente. Penso que, efetivamente, estamos bastante próximos, na Comissão de Coordenação, de poder chegar a um Projeto de Resolução com consenso. Não foi fácil, na última Reunião, foram tratadas as propostas da Bolívia e do Equador sobre Salvaguardas e havíamos resolvido que isso passasse ao âmbito da negociação, e se continuou com a análise dos temas da agenda do primeiro período de sessões da Conferência, que, basicamente, era o Projeto Resolução.

Aí, os dois pontos principais ou entre os dois pontos principais que estavam sendo discutidos, citamos o estabelecimento ou não de prazos e metas, se os senhores se lembram bem, para fixar no Projeto de Resolução.

Creio que é possível que em uma próxima Reunião se resolva este problema e possamos chegar a uma solução satisfatória para que o Projeto de Resolução seja efetivamente aprovado e apresentado ao Conselho de Ministros.

É muito claro o mandato que foi recebido. Em relação a esse mandato discutimos muito, penso que as Representações intercambiaram suficientemente ideias para enriquecer suas visões, para poder, com vontade política e boa vontade, digamos, chegar a uma solução de consenso, com vistas a ter um Projeto de Resolução exitoso.

Esses são os principais pontos que eu gostaria de recordar sobre a situação em que está a Comissão de Coordenação. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, também me parece que havia uma inquietude sobre a possibilidade de uma nova reunião.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena) Sim, penso que é questão de colocarmos-nos de acordo com a data. Hoje é 13, penso que em duas semanas poderíamos ter uma Reunião da Comissão de Coordenação convocada, distribuídos os documentos e visto e revisto o tema, porque há tempo que não vemos o tema. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Uruguai. Alguma Representação gostaria de intervir?

Não sendo o caso, recomendamos novamente ao Grupo de Alternos levar em conta todas essas observações dos Representantes Permanentes. O Representante Alternado do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda). Obrigado, senhor Presidente. Simplesmente para agradecer todas as observações e comentários formulados no dia de hoje e comprometer nossos esforços como Alternos para continuar analisando estes temas contidos no Roteiro. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Também quero felicitar e agradecer ao Grupo de Alternos pelo trabalho que estão realizando, não é um trabalho muito fácil, e reconhecemos as dificuldades que têm. Agradecemos muito pelo esforço, pelos avanços que tiveram até o momento.

4. Convocatória da Oitava Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem.

...Passamos ao seguinte ponto de nossa agenda, um tema sobre o qual já conversamos, qual seja, a Convocatória da Oitava Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem.

No Relatório apresentado pelo Representante Alternado do Equador, fez-se referência à Convocatória desta Reunião, e nos informaram que não há confirmações suficientes para que a data proposta de 31 de outubro a 3 de novembro se concretize. Nesse sentido, faz-se necessário novamente retornar à data original que havíamos pensado: 22 a 25 de novembro.

Submeto à consideração das Representações esta proposta que já havia sido acordada, não havia nenhuma observação registrada sobre este tema, de maneira que há um Projeto de Acordo, N° 166, que na parte da resolução diz: “Convocar a Oitava Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI de 22 a 25 de novembro de 2011, na sede da Associação, com o propósito de continuar com o processo negociador do mencionado Regime, que será financiada com o item correspondente ao Orçamento 2011”. Consulto se as Representações estão em possibilidades de adotar este acordo.

Não havendo nenhuma objeção, considero que todas as Representações estão de acordo com isso. Aprova-se o Projeto como Acordo N° 345.

Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. Se bem me lembro, na Reunião anterior de Alternos, dissemos que a convocatória ia dizer “com vistas à conclusão das negociações”, ou algo assim. Obrigada.

PRESIDENTE. Agradeço muito à distinta Representante Alternada da Bolívia pela observação muito acertada que acaba de fazer. Efetivamente, está incorporado na parte considerativa que diz “Que, com vistas a concluir, quanto antes, este processo de negociação, os países-membros da ALADI consideraram pertinente convocar uma Oitava Reunião”. Consulto se é suficiente esta menção ou não, ou o colocamos na parte resolutive.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Reitero, no acordo já diz “com o propósito de continuar o processo negociador”, então aí...

PRESIDENTE. Seria “com o propósito de concluir”. Com essa emenda está aprovado o Acordo 345. Repito “Acorda convocar a Oitava Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI de 22 a 25 de novembro de 2011, na sede da Associação, para concluir o

processo negociador do mencionado Regime, que será financiada com o item correspondente ao Orçamento 2011”. Muito obrigado.

“ACORDO 345
CONVOCATÓRIA DA OITAVA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO
SOBRE O REGIME GERAL DE ORIGEM DA ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevidéu 1980 e a Resolução 65 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que de 20 a 23 de setembro de 2011 realizou-se, na sede da ALADI, a Sétima Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI, convocada mediante Acordo 339 do Comitê de Representantes (ALADI/RN.RGO/VII/Relatório, de 23 de setembro de 2011); e

que, com vistas a concluir, quanto antes, este processo de negociação, os países-membros da ALADI consideraram pertinente convocar uma oitava reunião,

ACORDA:

Convocar a Oitava Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI de 22 a 25 de novembro de 2011, na sede da Associação, para concluir o processo negociador do mencionado Regime, que será financiada com o item correspondente ao Orçamento 2011.”

5. Convocatória da Sétima Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias

...O seguinte ponto de nossa agenda de trabalho é a Convocatória da Sétima Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias. Já há acordo sobre isso também. Temos as confirmações necessárias para levar a cabo esta Sétima Reunião de Negociação entre os dias 14 e 16 de novembro.

Nesse sentido, submete-se à consideração das Representações o Projeto de Acordo que está em suas pastas, Convocatória da Sétima Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias.

Não havendo observações, dá-se por aprovado e o Acordo fica registrado como Acordo 346.

“ACORDO 346

CONVOCATÓRIA DA SÉTIMA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO SOBRE O
REGIME REGIONAL DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevidéu 1980 e a Resolução 67 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que durante os dias 12 a 14 de abril de 2011 realizou-se, na sede da ALADI, a Sexta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias, convocada mediante Acordo 323 do Comitê de Representantes (ALADI/RN.RRSC/VI/Relatório, de 14 de abril de 2011); e

que no âmbito dessa Reunião de Negociação, as Delegações consideraram pertinente convocar uma Sétima Reunião do Regime Regional de Solução de Controvérsias,

ACORDA:

Convocar a Sétima Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias de 14 a 16 de novembro de 2011, na sede da Associação, com vistas a concluir o processo negociador desse Regime, no prazo mais breve possível.”

6. Assuntos diversos.

...O seguinte ponto de nossa agenda corresponde a Assuntos diversos.

O Secretário-Geral informará sobre a Reunião América Latina e o Grupo dos 20: Para a Construção de um Espaço de Diálogo na Região. Passo a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Eu também quero aderir ao cumprimento e felicitação pelo trabalho do Grupo de Alternos, que está contribuindo excepcionalmente para que possamos cumprir com alguns dos objetivos que havíamos marcado na agenda.

A respeito da reunião da próxima terça, 18, os senhores têm em suas pastas o programa semi-definitivo, porque faltam algumas confirmações dos países sobre seus Representantes. É um programa que irá transcorrer das 10 horas da manhã até às 13 horas. Depois das palavras de boas-vindas do Presidente do Comitê, Emilio Izquierdo, e do Secretário-Geral, está confirmada a presença de Danilo Astori, que, nesse momento, é Presidente em exercício do Uruguai, porque o Presidente Mujica está viajando. A ideia, se os senhores estiverem de acordo, é uma intervenção dos países-membros da ALADI que participam do Grupo dos 20, por estrita ordem alfabética.

Então, estão confirmadas as presenças do Chanceler argentino, Héctor Timerman; do Brasil, do Representante da Presidência do Brasil no Grupo dos 20, o *sherpa* Valdemar Carneiro Leão; nesses dias a Representação do México confirmou a presença do Diretor-Geral de Assuntos Internacionais da Secretaria da Fazenda, Roberto Marino. Calculamos um tempo de uma hora, uma hora e quinze, uma hora e meia para essa tarefa. Falei com o Embaixador Emilio Izquierdo que ele pode coordenar este debate, e, logo após, haveria a intervenção dos demais países-membros da ALADI.

Colocamos no Programa os países que já confirmaram seus Representantes, como é o caso do Paraguai, o Ministro da Fazenda Dionisio Borda, no Uruguai, o Ministro de Economia Fernando Lorenzo e o Vice-Chanceler a cargo da Chancelaria, Roberto Conde, e, depois, seria bom saber, se não vierem Representantes de outros países-membros da ALADI, se os Embaixadores terão mandato para fazer uma intervenção em nome de seus países. Seria bom saber isso de antemão para ter um programa que consideremos definitivo, com os nomes dos que irão participar em nome dos países da ALADI.

Depois, há uma intervenção das autoridades dos organismos regionais da América Latina e do Caribe. Está confirmada a presença da Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, que, como os senhores sabem, é mexicana; estão confirmadas também as presenças do Secretário-Geral da CAN, o companheiro boliviano Adalid Contreras, e do alto Representante do MERCOSUL, Samuel Piñero Guimarães.

Depois, faríamos uma pausa, e, posteriormente, a ideia é fazer um debate aberto entre os Representantes dos países da ALADI, que são os únicos autorizados a fazer uso da palavra, e isso durará também aproximadamente uma hora de debate aberto, uma hora e quinze, e, assim, encerraremos a Reunião.

Esse é o programa preliminar, semi-definitivo, da Reunião de terça, se os senhores estiverem de acordo como mesmo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço ao senhor Secretário-Geral pela informação. Algumas Representações pediram a palavra. Começamos pela Venezuela. Perdão, antes da intervenção do distinto Representante da Venezuela, passo a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, um esclarecimento de que Roberto Marino do México tem o mesmo status que Valdemar Carneiro Leão no Brasil, é o Representante Especial do México para o Grupo dos 20, ou seja, o que dá uma importância às Representações desses países muito forte, porque vêm aqueles que estão Representando os países no Grupo dos 20, para que possamos ver a dimensão ou a importância destas presenças na ALADI na próxima terça-feira. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. Somente para informar que a Venezuela, no decorrer dos próximos dias, designará um Representante para a mencionada Reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Perdão, Presidente, é sobre outro tema, mas aproveitamos para agradecer a apresentação do Secretário e dar nosso conforme com o Programa.

PRESIDENTE. Obrigado. México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Presidente, era para fazer um esclarecimento já feito pelo Secretário-Geral em relação à Representação do senhor Roberto Marino, ou seja, é o Encarregado Especial do México para o G20, um pouquinho mais abaixo do *sherpa*, mas era o esclarecimento que queríamos fazer, que já foi feito pelo Secretário. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian) Obrigado, Presidente. Apenas um esclarecimento. Não estou entendendo a parte final depois da pausa para o café, com relação à intervenção dos demais países-membros da ALADI, os Representantes aqui dos países-membros da ALADI poderão fazer intervenções, que é o debate aberto entre as autoridades dos países-membros da ALADI. Isso se realizaria durante meia hora apenas, e depois da pausa para o café e ao final da Reunião. Temo que abrindo para a pausa as pessoas queiram ir, porque a pausa termina às 12h45m e o debate aberto entre as autoridades seria de meia hora. O que é o debate aberto? Isso não entendi. Quem falaria aí?

PRESIDENTE. Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Bem, se todos quiserem ir embora é será porque tudo foi muito maçante. Esperemos que os Representantes dos países da ALADI, ou seja, os que estão aqui na Mesa, os que vêm dos três países do Grupo dos 20 possam querer fazer uma segunda intervenção, e outros membros dos países possam também intervir em um debate mais aberto.

É um debate mais aberto, é uma segunda intervenção dos países, porque certamente o que os países propuserem na primeira intervenção deixará algum espaço para refletir. Então, o que tentamos fazer em meia hora, quarenta e cinco minutos, ou o que durar esse debate, porque também não vamos atar-nos se são 13h ou 13h30m, talvez termine às 13h30m, se o debate for insuficiente, ou como diriam os senhores, não tiver substância, terminará mais cedo. Falarão os que quiserem falar, não estará tão pautado; os países pedirão a palavra e farão uma segunda intervenção. Essa é um pouco a ideia.

PRESIDENTE. O distinto Representante Permanente do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Secretário-Geral. Pergunto-me somente se meia hora antes de encerrar a Reunião vale a pena ter uma pausa. O senhor sabe que pausa para o café termina com uma pausa festinha, então isso não irá durar como está previsto aqui, quinze minutos, aí vai demorar. Eu levanto uma dúvida, não estou contra isso, mas penso que uma pausa para o café justo ao finalizar, às 12h45, irá prejudicar e muito.

A ideia do debate aberto me parece muito boa, mas talvez o debate aberto devesse, vejo a intervenção dos demais países-membros da ALADI aqui, não vejo por que o debate aberto não possa ser feito aqui, usando este contexto da intervenção de todos, ou transformar a intervenção dos demais países-membros da ALADI em debate aberto, ou algo assim, uma sugestão, penso isso porque fazer uma pausa para o café e depois pretender ter um debate aberto no final da Reunião talvez possa não ser tão produtivo como se pretende. Obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Parece-me que seria criar uma discussão um pouco absurda, discutir sobre o café, mas eu aceito a sugestão do Embaixador e podemos suspender o café. Ou seja, não me parece um tema para ser debatido aqui, façamos uma rodada de consultas sobre se devemos tomar café ou não. Tu serás o responsável se alguém perguntar por que não tomamos um café.

PRESIDENTE. Penso que o café deve estar ali fora toda a manhã. Quem quiser tomar um café pode sair. Penso que é melhor, mais adequado, suprimi-lo. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Um ponto, somente. Haverá interpretação simultânea de português, Presidente? Muito obrigado.

PRESIDENTE. Com toda a certeza. O Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Alejandro Hamed Franco). Obrigado, senhor Presidente. Uma pequena sugestão, nada mais. Onde fala de debate aberto entre as autoridades dos países-membros de ALADI, penso que podemos colocar "Consideração Final", ou dar um pouquinho mais de elasticidade, onde pode caber o debate aberto e alguma consideração, alguma sugestão que possa surgir das intervenções dos diferentes Delegados. Nada mais. Obrigado.

PRESIDENTE. Debate aberto e consideração dos países. Obrigado, distinto Representante Permanente do Paraguai.

Não há outras intervenções. Parece-me que Cuba nos adiantou que tinha outro tema a propor. Passo a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Muito brevemente, gostaria de manifestar uma preocupação em relação ao orçamento para o próximo ano. Todos os anos submergimos em uma discussão profunda sobre os temas que serão objeto do

programa de atividades, sobretudo aqueles financiados pela Associação, para o próximo ano. Então, queria expressar ao Comitê de Representantes esta preocupação, sabemos que, e assim respondemos a nossa capital, durante a primeira quinzena de outubro, hoje é 13, e vamos começar a trabalhar neste Projeto, mas queria fazer constar na Reunião do Comitê esta preocupação. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Venezuela pediu a palavra.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Perdão, Presidente, minha intervenção será sobre outro ponto, não sobre este ponto. Obrigado, Presidente.

Nós queremos intervir sobre uma nota que enviamos à Secretaria-Geral, na qual apresentamos nossa insatisfação pela rejeição de duas candidatas nossas ao Curso da OMC sobre comércio.

Em primeiro lugar, este problema não é a primeira vez que se apresenta. Aconteceu no ano passado, e a Secretaria não tomou as rédeas da situação. Não somente ocorreu com a Venezuela este caso, ocorreu com vários países, como diz a nota que apresentamos à Secretaria-Geral e aos demais países.

Em segundo lugar, nós acreditamos que a rejeição por parte da OMC dos nossos candidatos não teve nenhum critério válido, porque, afinal, de acordo à informação que tivemos da própria Secretaria, hesitavam sobre o motivo de rejeição, e disseram, afinal, que as rejeitava porque não haviam feito o curso *on-line* da OMC. Porém, nossos candidatos são licenciados em comércio, com pós-graduação em comércio. Penso que isso lhes dava um *background* muito maior que um curso de três semanas da OMC *on-line*.

Nesse sentido, nós até pedimos que o curso fosse suspenso, lamentavelmente não pôde ser porque já estava muito avançado, mas acreditamos que os critérios em relação à cooperação devem ser alterados. Não podemos aceitar, sob maneira nenhuma, que quando forem apresentados os programas de cooperação eles sejam única e exclusivamente com os critérios das organizações. Penso que a ALADI deve ter voz no que se refere a como se deve selecionar esses candidatos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, eu recebi a nota da Representação da Venezuela e compartilho muitos de seus pontos. Penso que devemos ter mais cuidado quando se assinam convênios de cooperação sobre as condicionalidades. Afinal, um organismo que coloca determinada quantidade de dinheiro não tem o poder de estabelecer qualquer tipo de condição, sendo que alguma pode vulnerar a autonomia e a soberania dos países, então é necessário ser muito cuidadoso com estas questões. Neste caso, lamentavelmente, uma das condicionalidades era haver feito o curso *on-line* de três meses da OMC, que dá certa certificação e era um requisito.

Falarei com o Representante da OMC para pedir-lhe, pelo menos um ponto que me parece importante, que as apresentações dos países possam ser feitas com mais antecedência, e se, não cumprirem essas condicionalidades, os países poderão apresentar outro candidato para não ficarem sem Representante no Curso, tendo em vista que o Curso já tem essas condicionalidades, que poderiam ter sido discutidas de outra maneira, porque é possível que alguém de um país não tenha feito esse curso de três meses mas tenha o *expertise* ou capacidades que estejam à altura, ou mais, desse Curso, mas pelo menos que seja dada ao

país a possibilidade de enviar outro candidato para que o país não fique sem presidência nesse Curso.

Então, tomo nota, aconteceu não somente com a Venezuela, em vinte candidatos penso que seis foram rejeitados, um candidato da Argentina, da Bolívia, do Chile, no ano anterior aconteceu o mesmo com o Uruguai, então me parece que aí houve uma questão referente às condições em que esse Acordo foi assinado. É necessário sermos mais cuidadosos. Estou de acordo, nesse sentido, com as palavras do Representante da Venezuela.

Trataremos, também, de que haja um pouco mais de flexibilidade, apesar das condicionalidades já acordadas, para o próximo ano de parte da OMC. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, obrigado. O Ministro Federico Villegas coordenou, na semana passada, uma Reunião sobre Conhecimentos Tradicionais. Pedimos autorização para apresentar um Relatório sobre o que aconteceu na reunião.

Representação da ARGENTINA (Federico Villegas). Muito obrigado. Solicitaram que aproveitássemos este Comitê para transmitir brevemente o Relatório da Reunião sobre Conhecimentos Tradicionais e Recursos Genéticos associados a Conhecimentos Tradicionais, que teve lugar nos dias 6 e 7 de outubro. Gostaria de destacar, por um lado, que há um documento com o Relatório Final da Reunião publicado. Em segundo lugar, a Reunião teve uma participação sumamente importante em relação ao nível dos especialistas e à ativa participação de todas as Representações. Agradecemos às Representações, tivemos especialistas do Convênio de Diversidade Biológica, da CAN, do IICA, e vários representantes diretamente envolvidos com as políticas públicas nestes temas nos países.

Simplesmente três pontos que, em nome do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas, queria transmitir ao Comitê. O primeiro é que surgiu da Reunião que este é um tema sumamente importante para a América Latina neste momento, e que coincide com um posicionamento da América Latina muito particular, portanto, é muito auspicioso que a ALADI continue o tratamento deste tema.

Em segundo lugar, do debate surgiu que não somente está associado ao tema do espaço de livre comércio, que foi a gênese deste tema na Resolução 59 (XIII), mas que também agora este tema parece muito conveniente para ser desenvolvido pela dimensão social do processo de integração, pela simples razão de que os principais possuidores de recursos genéticos, conhecimentos tradicionais, coincidem com grupos vulneráveis em toda a região, e isso surgiu claramente no encontro, em particular os povos indígenas e as comunidades locais, pelo que a vocação que a Associação tem neste momento com a dimensão social também complementa o tema das possibilidades que temos para ajudar a comercializar determinados produtos.

Por último, estavam muito interessados em continuar na ALADI falando do tema. Isso foi, talvez, o produto mais importante desta Reunião. E não ficaram somente na retórica, concluiu-se na Reunião de Especialistas que seria necessário buscar medidas concretas. Nisso me permito transmitir ao Secretário-Geral que a primeira ideia foi a possibilidade de que o Secretário-Geral celebrasse um Acordo de Cooperação, um Acordo-Quadro de Cooperação - como os que já tem com trinta ou quarenta no total, que já tem com a OMC, já tem com a OMPI, já tem com a FAO - um Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da ALADI e a Secretaria do Convênio de Diversidade Biológica, e que esse Acordo de Cooperação, em que a

Representante da Secretaria teve muito interesse, pudesse possibilitar ações conjuntas em breve.

Em segundo lugar, seguindo esta tônica, também se pensou que, como o Convênio de Diversidade Biológica necessita de oficinas regionais em todo o mundo para fazer o acompanhamento, seria considerada a possibilidade, e esta é uma proposta que transmito, de que a ALADI se oferecesse para ser a sede da Oficina Regional do GRULAC sobre o acompanhamento do Protocolo de Nagoya que as Nações Unidas estão organizando. É muito bom no sentido de que o financiamento de toda a Oficina, que é uma importante oficina das Nações Unidas, já está obviamente contemplado no orçamento das Nações Unidas, não teríamos despesas, digamos, a não ser a oferta de nossas instalações, e isso poderia ser, também, um gesto importante de aproximação da Associação a um tema importante.

Por último, das ideias que estão contidas no documento, destaca-se a iniciativa de explorar a necessidade de desenvolver um acordo regional de cooperação nesta matéria. Reiteramos, ficou claro que se tratava simplesmente de uma ideia de um acordo para fomentar a cooperação neste tema, não estamos falando de um acordo de envolvimento a comercialização, porque atrás da proteção há muitos temas de confidencialidade, mas, sim, ficou claro que havia uma grande diferença de evolução do tema entre os países.

Foram apresentadas várias exposições muito interessantes de países, chamados “mega diversos”, que estão aqui presentes, que desenvolveram sofisticados mecanismos para avançar na proteção dos recursos genéticos, e outros que recém estão começando. Procura-se que a ALADI possa ser uma plataforma de cooperação neste tema, que recém está começando na agenda internacional, mas que, para a América Latina, tem muito para desenvolver. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Quero agradecer de maneira muito particular pelo Relatório apresentado pelo Ministro Federico Villegas. Penso que é um tema que para alguns países tem uma altíssima prioridade, de tal maneira que reconheço a importância do trabalho que estão realizando. O Secretário-Geral solicitou a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, no mesmo sentido, Presidente. Penso que, como tudo faz supor, haverá um acordo para que a ALADI encare este tema como um tema sumamente importante. Penso que o acompanhamento do Protocolo de Nagoya é um tema também no qual nós temos que ter um certo envolvimento, parece-nos fundamental. Dessa maneira, felicito os membros das Representações e o Ministro argentino pela coordenação deste esforço.

Queria relembrar, Presidente as três reuniões que temos, de Salvaguardas, de Controvérsias, de Origem, para que as Representações participem. Lembram-se de que havíamos dito que o espírito que iria preponderar é o de encerramento das negociações, falamos isso com todas as Representações, falamos com o amigo da Venezuela que está muito predisposto e muito comprometido a que Venezuela envie um Representante nas próximas reuniões.

Ou seja, vamos fazer um esforço, penso que muito compartilhado com o esforço dos Alternos e das Representações, para que estes temas saiam. Seria muito bom que nas três Reuniões que temos convocadas estivesse presente o nível mais importante das Representações, para que pudéssemos cumprir com esta ideia de concluir estes acordos, o que seria um gesto, penso, muito forte e muito importante da Associação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Não havendo outra intervenção das Representações, dou por encerrada esta Reunião.

Agradeço muito por todo o trabalho realizado nesta manhã, a todos os Representantes Permanentes, Representações e um agradecimento especial ao Secretário-Geral e a todo o pessoal da Secretaria por seu apoio tão eficiente.
